

AFRO MINEIRIDADES

Patrimônios de matriz africana na educação patrimonial





AFRO MINERARIAS

Patrimônios de matriz africana na educação patrimonial

VARGINHA | 2024



Vérdi Lúcio Melo: Prefeito Municipal

Marco Aurélio da Costa Benfica: Diretor-Superintendente da Fundação Cultural de Varginha

Beatriz de Brito Guimarães: Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Municipal Cultural de Varginha

Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural:

Danielle de Souza Guimarães

Eliana Cristina Costa

Estagiários:

Maria Morena Naves Dias

Pesquisa e textos:

Jaine Diniz Corrêa

Projeto gráfico e diagramação:

Danielle de Souza Guimarães

Maria Morena Naves Dias

Revisão: Ana Luiza Romanielo

Fotografias: Acervo Centro de Documentação Histórica de Varginha | Fundação Cultural de Varginha

Promoção: Prefeitura Municipal de Varginha | Fundação Cultural do Município de Varginha | Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha

1. Educação Patrimonial - 2. Afromineiridades - 3. Capoeira - 4. Terreiros



PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM VARGINHA

No município de Varginha, a gestão, proteção e promoção do Patrimônio Cultural local, incluindo os bens de matriz africana, está sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Município de Varginha, no âmbito da Coordenadoria Técnica do Patrimônio e do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha (CODEPAC).

A Coordenadoria Técnica do Patrimônio foi criada em 2000 e atua na produção e divulgação de informações sobre o patrimônio cultural e a história do município.

Atua na elaboração de dossiês de tombamento, registro e fichas de inventário; na análise de projetos de restauração e de intervenções em bens protegidos; na fiscalização periódica do patrimônio protegido; na emissão de laudos de estado de conservação; na educação para o patrimônio, entre outras ações.

O CODEPAC, criado em 1997, é um órgão colegiado, com poder decisório, ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas, investimentos, instrumentos de proteção e outras medidas relacionadas à defesa e preservação do patrimônio cultural do município.

PATRIMÔNIOS DE MATRIZ AFRICANA NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CAPOEIRA E TERREIROS.

A Educação Patrimonial diz respeito aos processos educativos, que podem ser desenvolvidos em ambientes formais de ensino (como as escolas), assim como nos não formais (bairros, igreja, entidades de classe), centrados na temática do Patrimônio Cultural. Aloísio Magalhães escreveu que “só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”. É nesse intuito, de dar a conhecer, que as ações educacionais devem garantir o conhecimento, a apropriação, a difusão e, em consequência, a valorização e a preservação das referências culturais de determinada comunidade ou lugar, fortalecendo os sentimentos de pertencimento, de identidade e de cidadania.

Utilizar a educação patrimonial em sala de aula é uma forma de estimular espaços de discussão acerca do patrimônio cultural e se atentar para os diversos valores atribuídos ao patrimônio

pela comunidade local para além de valores históricos, científicos e artísticos pré-estabelecidos pelas políticas tradicionais do campo.

Pensando nisso, as ações de educação patrimonial devem fazer parte da realidade de cada comunidade e de seu cotidiano, elas têm que levar em conta as especificidades locais, isso porque nós nos identificamos e conseqüentemente preservamos o que conhecemos, o que criamos laços afetivos e identificamos como identitário da nossa cultura.

Dentre os assuntos abordados na educação patrimonial, está o reconhecimento das manifestações de matriz africana como patrimônio cultural. Tais manifestações são ricas, diversas e extremamente importantes tanto para seus detentores, quanto para a cultura local, uma vez que são frutos de resistência, apropriações e ressignificações.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Segundo a lei, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Segundo especialistas, leis como essa significaram um avanço na legislação brasileira em reconhecer a importante contribuição da cultura e história afro-brasileira na construção da sociedade, no entanto, ainda é preciso avançar em projetos, programas e ferramentas que viabilizem a execução dessas leis em sala de aula.

Nesse sentido, a educação patrimonial é uma importante ferramenta no ensino desse conteúdo. Assim como descreveu Dagama & Silva (2011) de que “é através da escola que buscamos desmitificar conceitos atribuídos às diferenças culturais, pois que o desconhecido é alimento para o preconceito”.





Pintura de Rugendas mostra Cais de Valongo, principal mercado de escravizados, no Rio de Janeiro

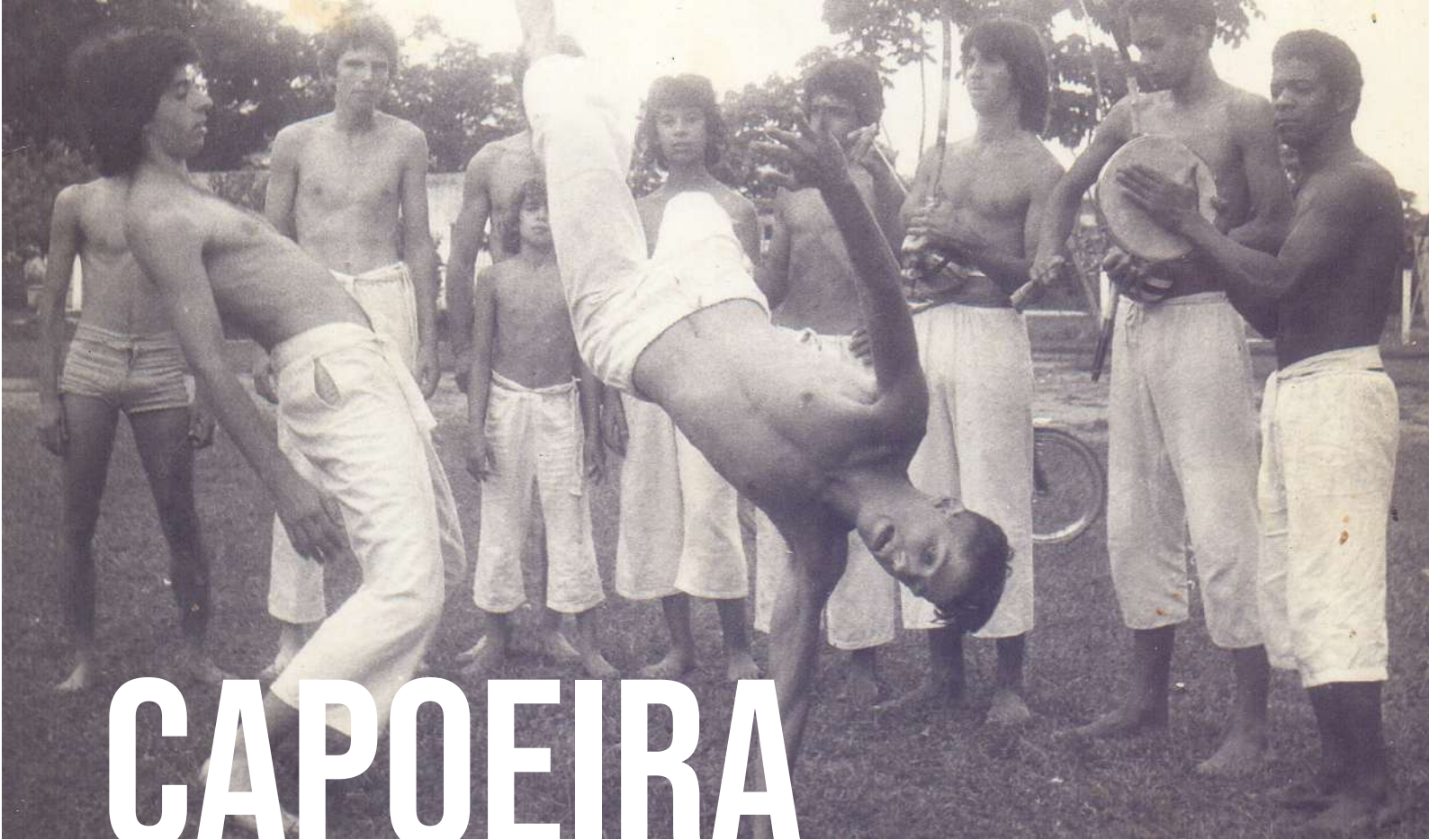
Em Minas Gerais é possível perceber a influência da cultura africana na arquitetura, na culinária, na arte, na língua, nas religiões, na música, nas festas, nas danças, entre outros.

Em Varginha, os saberes e tradições das culturas de matriz africana fazem parte da formação histórica e cultural de sua comunidade, possuindo vários bens reconhecidos como patrimônio cultural do município, é o caso, por exemplo, do Registro da Capoeira e o inventário dos terreiros e casas de matriz afrorreligiosas.

Vindos com o objetivo de trabalhar no engenho, no campo, na mina ou na cidade, os homens e mulheres negros que foram trazidos para o Brasil durante os mais de três séculos de utilização de mão de obra escravizada foram deixando sua marca no comportamento, na língua, no fazer e no ser brasileiro. Esses povos, oriundos de diversas regiões do continente africano, de grupos étnicos, características e cultos variados, por conta do regime escravocrata, foram reunidos em um mesmo território, o que possibilitou trocas culturais entre esses grupos.

O porão de um navio negroiro é representado por Rugendas na pintura *Nègres a fond de calle*, produzido volta de 1827 e publicado em 1835 em *Viagem pitoresca através do Brasil*.





Capoeiristas de Varginha; Acervo: MÁRCIO MORVAN OLIVEIRA

CAPOEIRA

Em 2022, através do Decreto Municipal nº 11.343, de 15 de dezembro de 2022, a “Capoeira de Varginha – Rodas, Grupos e Mestres”, foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do município.

Conforme apresentado no Dossiê de Registro, a Capoeira é um misto de jogo, dança, brincadeira e luta. Dois corpos gingam no meio de uma roda, enquanto seus participantes cantam, batem palmas compassadas e executam os instrumentos musicais dando ritmo àquela inusitada ginga. O som que vem da roda lembra os longes das senzalas, é como um grito de liberdade que ecoava pelos terreiros das fazendas e chega até os nossos dias. Os dois corpos executam os movimentos até que um terceiro, que anteriormente estava na roda, entra no jogo no lugar de um dos participantes, e assim vai acontecendo sucessivamente até que todos da roda tenham participado. O canto e o ritmo são alegres e traz à memória lembranças ancestrais que conhecemos apenas dos livros de História.

CAPOEIRA

Inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 21 de outubro de 2008, pelo IPHAN, a Roda de Capoeira é uma das manifestações culturais africanas recriadas no Brasil que chegou até os nossos dias. Na mesma ocasião, o IPHAN registrou o Ofício dos Mestres de Capoeira, no Livro dos Saberes. Além disto, a UNESCO, em sua 9ª sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014 em Paris, a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, por considerá-la um dos símbolos identitários do Brasil mais reconhecidos internacionalmente.

A capoeira possui práticas seculares de raízes africanas, embora tenha se firmado ao longo do tempo com as particularidades assumidas em solo brasileiro durante o período da escravidão. No Brasil, ela se desenvolveu durante o período colonial nos centros urbanos em formação, notadamente nas cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, locais de desembarque de grandes contingentes de escravos.

Em Varginha, a Capoeira é praticada de forma contínua, desde 1975. Atualmente, pratica-se no município a Capoeira Regional Contemporânea, que seria uma mistura entre as duas vertentes citadas. No entanto, há grupos que praticam uma mistura entre Capoeira Angola, Regional e Contemporânea.

Os grupos registrados são:

- Grupo Nova Visão Capoeira, do Mestre Donizetti Adão de Oliveira
- Unidade Casa da Capoeira, do Professor Osvaldo Henrique M. Teófilo (Pé de Vento)
- Centro Cultural União das Raízes, do Mestre Diorgenes Aparecido Dionizio (Mestre Dino)
- Grupo Abadá Capoeira, do Professor Júlio dos Santos (Mãozinha)
- Associação Desportiva e Cultural Grupo Cativoiro Capoeira, com o Mestre Paulo Mappa
- Grupo Muzenza, do professor Frank de Paula Juvêncio (Zulu)



Capoeiristas de Varginha; Acervo: MÁRCIO MORVAN OLIVEIRA

As manifestações religiosas de matriz africana no Brasil são extremamente diversas e ricas em suas particularidades. Cada uma dessas tradições tem suas próprias características, rituais e história, mas todas compartilham uma base comum de influências africanas, filosofias espirituais e sincretismo religioso.

Conforme descrito pelo IPHAN, os terreiros abrigam um universo simbólico rico em tradições como as danças, cantos, poesias (oriquis), mitos, rituais e organizações espaciais que mantêm vivas as memórias ancestrais dos africanos que foram escravizados no Brasil. Esses espaços sagrados são locais de luta e resistência do povo negro, além de serem importantes espaços de disseminação da cultura africana e sua interação com outras matrizes no Brasil. Em Varginha, existem mais de 30 terreiros ou casas de religiões de matriz africana. Desses, 10 são inventariados como Patrimônio Cultural Imaterial do Município e possuem o cadastro estadual de “Espaços Sagrados, Territórios de Axé e Fé”, proposto pelo IEPHA-MG.



T E R R E I R O S

CASAS

AERORRELIGIOSAS

cachaça dendê fuxico
berimbau exu quitute
cangaço boiadeiro quiabo
senzala "corcunda vovô
marafó batucada cura
oxum zabumba bafafá axé
zé sebo rua batuque itãs
kangô m... riq... as
o... ã
a



Esses espaços sagrados são uma forma de resistência para preservação dos costumes e tradições africanas, mesmo que de forma adaptada, através do sincretismo religioso.

As afroreligiões no Brasil mesclam aspectos do catolicismo, da tradição dos orixás de origem africana, e símbolos, espíritos e rituais de referência indígena. Caracterizando-se assim, como uma síntese de miscigenações da qual os brasileiros são herdeiros.

O Candomblé, por exemplo, é uma das mais conhecidas e praticadas no Brasil, especialmente na Bahia. Ele tem suas raízes nas tradições iorubás, onde o culto é centrado na veneração aos orixás, divindades que representam forças da natureza e aspectos da vida humana.



Foto do VI SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE VARGINHA; Acervo: Fundação Cultural de Varginha

A Umbanda, por sua vez, é uma religião sincrética que mescla elementos do Candomblé, Catolicismo, Espiritismo e tradições indígenas. Ela tem uma abordagem mais inclusiva, muitas vezes trabalhando com a ideia de caridade e assistência espiritual.

Em Varginha, existem mais de 30 terreiros ou casas de religiões de matriz africana. Desses, 10 são inventariados como Patrimônio Cultural Imaterial do Município, são eles:

- Tenda de Caridade Cabocla Jandira e Caboclo Arranca Toco;
- Templo Pai Joaquim do Cruzeiro das Almas;
- Tenda Espírita de Umbanda Caboclo Sete Flexas;
- Templo de Umbanda Estrela Guia;
- Ilê Ashe Locy Ofa Odonirã (Casa do Segredo do Príncipe Caçador Guerreiro das águas);
- Templo Umbandista Trabalhadores de Ogum, Yansã e Pai Jose das Almas (TUTOIP);
- Ilê Egbe Omo Odara (A Casa dos Bons Caçadores);
- Tenda Espírita Caboclo Urubatã;
- Templo de Umbanda Águas de Oxalá;
- Tenda Espírita de Umbanda Caboclo Gira Mundo.

Referências eletrônicas

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

IEPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal (1988). Artigo 216. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf.

Acesso em 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 14 mai. 2021.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

DAGAMA, Gláucio. SILVA, Arlete Oliveira Conceição Anchieta da. Liberdade religiosa nos cultos afro-brasileiros: um estudo na cidade de Manaus – amazonas. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, UFBA, 2011.

FORTUNA, C. Patrimônio, turismo e emoção. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 7, p.

23–40, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.4898>. Acesso em: 17 fev. 2021

FUNDAÇÃO Cultural de Varginha. Dossiê de Registro: Capoeira de Varginha – Rodas, Grupos e Mestres. Varginha, 2022.

FUNDAÇÃO Cultural de Varginha. Inventário do Patrimônio Cultural – ano 2023 exercício 2025. Varginha, 2003.

GRUNBERG, Evelina. Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial. Rio de Janeiro: IPHAN.

IPHAN. Dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira com Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, IPHAN, 2007.

MENDES, A. Rosa. O que é patrimônio cultural. Editora Gente Singular, 2012.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (organizadores). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. (Caderno Temático nº 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.





FUNDAÇÃO CULTURAL
DE VARGINHA
Ars in Totum



PREFEITURA DE
VARGINHA

